

Congresso reduz recesso e muda relator do Orçamento

Começa com uma surpresa a constituição da Comissão Mista de Orçamento, instalada no dia em que deveriam estar sendo concluídos seus trabalhos. Depois de uma briga de forças poderosas dentro do Congresso Nacional, a presidência acabou ficando para o senador Raimundo Lira (PFL/PB), com um resultado de 70 votos a favor e quatro em branco. A relatoria ficou com o PMDB. No entanto, o nome do relator só será definido, hoje, às 10h, na Comissão de Finanças. No final das contas, o ex-presidente do PMDB, Orestes Quércia saiu como vitorioso, pois conseguiu o que queria, retirando o senador Márcio Lacerda da presidência. O relator deve ser um quercista, o deputado Marcelo Barbieri (PMDB/SP).

A sessão foi meio tumultuada. Marcada para começar às 17h, iniciou-se com uma hora de atraso. Porém, por não ter havido nenhum acordo sobre os nomes para a presidência e relatoria, o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB/PB), deu 30 minutos para uma definição. O tempo foi ampliado porque estava havendo sessão na Câmara. Enquanto isso, a expectativa aumentava. Aproveitando o intervalo, a bancada do PMDB reuniu-se e então, veio a decisão: a executiva nacional retirou a candidatura de Márcio Lacerda, que há dois meses vinha sendo cotado para o lugar. O interessante é que Lacerda pediu seu afastamento da Comissão de Orçamento para tentar ser presidente no ano que vem.

O PP, quase certo para a relatoria, irritou-se por não ter conseguido eleger a deputada Lúcia Vânia (GO). O acordo para sua eleição tinha sido feito na época em que o deputado Inocêncio Oliveira tentava a presidência da Câmara.

Moralidade — Em um discurso emocionado, Lúcia Vânia salientou que tinha a esperança de fazer um orçamento transparente e sem subterfúgios e que apesar dos pesares, ainda sentia-se uma

JEFFERSON PINHEIRO



O Congresso reunido: surpresa de última hora e redução no recesso

guerreira para brigar na Comissão de Orçamento. “Eu tenho a esperança que a moralidade pública seja implantada neste País. Se houvesse votação, seríamos eleitos pela maioria, que quer mudanças”. O deputado Nam Souza, também do PP, fez questão de deixar registrado que o partido irá acompanhar de perto a Comissão de Orçamento para evitar a “repetição de acordos como esses”.

O senador Irapuan Costa Júnior (PP/GO) não conseguiu esconder seu descontentamento diante a quebra do acordo. “A pressão exercida sobre Márcio Lacerda pela cúpula de seu partido não deixa bem esta Casa. Há muitos motivos que levaram o PMDB a fazer isso”. Segundo ele, o constrangimento imposto a Lacerda não repercutirá bem na opinião pública.

Agora, após sua instalação, a comissão vai começar a funcionar de fato. Seus 84 membros irão analisar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a ser votada provavelmente na semana que vem. A prorrogação é constitucional. A carta determina que os parlamentares só entrem em recesso após a apreciação da LDO. Por uma negociação entre líderes e os presidentes da Câmara e do Senado,

chegou-se a uma data comum para iniciar o recesso: 10 de julho.

Pauta cheia — O Senado está com a pauta cheia de matérias importantes que deverão ser apreciadas na próxima semana, juntamente com a LDO. Os projetos não são poucos: Há o do reajuste mensal, do IPMF, das patentes, extinção do Inamps e lei de concessões para o serviço público. Por isso, o senador Humberto Lucena estava fincando pé para que o recesso só iniciasse no dia 15 de julho. Desta forma seria possível votar todas as matérias.

O problema foi que a Câmara, como já apreciou os projetos de interesse do Governo, não teria muito o que fazer até o dia 15. As hipóteses passaram por um recesso branco e votação da LDO no princípio de agosto. O deputado José Serra (PDSD/SP) não aprovou a idéia, pois reconheceu que o adiamento da matéria para daqui a um mês poderia retardar a elaboração do orçamento da União para 1994.

Os deputados fizeram de tudo para que não tivessem que ficar trabalhando em Brasília agora em julho. Afinal, o ano que vem será um período de eleições e todos eles querem estar em seus estados para preparar as campanhas.